

discurso medalha JOÃO MAGABEIRA a MENEZES DIREITO

(25.07.01)

Senhoras, Senhores:

A doutrina e os julgados "que enfrentam nas estórias do dia-a-dia o desafio de construir o direito vivo, para que melhor se distribua a justiça" ¹.

A igualdade perante a lei, "princípio a se adaptar às condições reais do meio econômico-político num determinado momento histórico. Adaptemo-lo, pois, às condições reais da nossa vida" ².

Revisito, no tempo, os bancos acadêmicos, perguntando-me o que me fez calar, sem questionar a afirmação de que o Juiz é a boca que pronuncia as palavras da lei e segurança e certeza exigem que ela seja aplicada inexoravelmente.

¹ MENEZES DIREITO, Ap. Cível n. 3.600/88, TJRJ, in Questões de direito positivo, Renovar, 1.990, p. 205.

² JOÃO MANGABEIRA, Em torno da Constituição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1.934, p. 264.

Porque sabemos agora ser incompatível com o próprio direito a “interpretação negativa”, que decorre da prescrição segundo a qual o intérprete deve ater-se à mera interpretação literal ou remeter-se sempre à “interpretação autêntica” e importa em que se reserve ao legislador o papel de único intérprete, negando-se-o mesmo aos juízes.

Essa modalidade de interpretação teve um significado particular na história do direito canônico e surge, ao mesmo tempo, na legislação posterior a JUSTINIANO: “*Se neste momento somente se concede ao Imperador o estabelecimento das leis, é conveniente que apenas ele as interprete*”, como ensinava o Digesto ³.

Lembro, a propósito, um dramático caso de obrigação de interpretação literal e de proibição de qualquer comentário ou adaptação interpretativa: o das *Regulae* de São Francisco de Assis. Em seu *Testamento*, de 1.226, dispôs: “*ordeno com toda a firmeza a todos meus irmãos, clérigos e laicos, que,*

³ C.1, 14, 12, 1

por obediência, não acrescentem explicações à Regra ou a estas palavras, afirmando que devem ser entendidas deste modo. Pelo contrário, simplesmente e sem comentários, deveis compreendê-las e observá-las santamente, até o final".

Esta disposição, como se sabe, deu origem a uma das mais complicadas e dramáticas controvérsias religiosas e jurídicas da história medieval, até a intervenção da autoridade imperial de Luís da Baviera, um século depois. O caso adquiriu grande notoriedade na nossa época em virtude da reelaboração de alguns de seus elementos no romance de UMBERTO ECO, O nome da rosa.

Mas não falo de algo tão distante, pois o princípio da reserva interpretativa integrou a Constituição francesa do ano III (22 de agosto de 1.795), que estabelecia, no artigo 266, a interpretação obrigatória do corpo legislativo. Com o advento do regime napoleônico prevaleceu, como é lógico, o poder interpretativo do novo "despacho imperial", isto é, do Conselho de Estado, ao qual foi atribuída a capacidade de

definir a interpretação autêntica e obrigatória. E assim foi até a lei de 1º de abril de 1.837, que a eliminou.

O fato é que agora sabemos que a interpretação é muito mais do que a mera *reconstrução do pensamento do legislador*, o que equívale à aplicação da letra fria da lei.

E sabemos, mais, que interpretação e aplicação do direito consubstanciam dois instantes superpostos de uma mesma operação e a *norma* não é apenas o *texto normativo* nela transformado, pois ela resulta também do conúbio entre o *texto* e os *atos [a realidade]*.

Vale dizer: o intérprete, ao interpretar/aplicar o direito --- isto é, ao torná-lo concreto, operando o que a doutrina mais atual denomina concretização do direito --- interpreta os textos e a realidade à qual se aplica.

Daí a expressão da prudência mais autêntica na alusão de JOÃO MANGABEIRA à igualdade perante a lei como princípio a se adaptar às condições reais do meio econômico-político num determinado momento histórico, às condições

reais da nossa vida, e de CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO a julgados que enfrentam nas estórias do dia-a-dia o desafio de construir o direito vivo, para que melhor se distribua a justiça.

JOÃO MANGABEIRA, no retrato dele feito por HERMES LIMA ⁴, “era por vocação política um radical, pois partia das raízes para a busca e conhecimento das soluções. Afinal, a raiz do homem é o próprio homem, e não há como pensar o homem senão partindo dele mesmo”.

Revisito episódios de sua vida, o discurso em defesa dos estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, em 1.920, a conferência sobre *Rui e a liberdade*, pronunciada em maio de 1.930 no Teatro Municipal de São Paulo, a convite dos estudantes da minha Faculdade de Direito.

A resposta a quem afirmou que seu partido político era um Partido pequeno, mas honrado --- “*Para ser*

⁴ Travessia (memórias), Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1.974, p. 208.

rigorosamente exato, deveria ter dito: pequeno, porque honrado” ⁵.

O MANGABEIRA constitucionalista, membro da Comissão de juristas encarregada de redigir o projeto de Constituição que seria apresentada à Assembléia Constituinte. Os manifestos, as defesas memoráveis, os *habeas corpus* à Corte Suprema.

Releio o parecer lido em 11 agosto de 1.930 na Comissão de Justiça do Senado Federal sobre a verdadeira igualdade e o relevamento da prescrição em que incorreu a viúva de um guarda civil ⁶.

A medalha que porta o seu nome é hoje entregue a CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, o que certamente o deixaria extremamente feliz se estivesse entre nós.

Doutor em Direito, advogado, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Professor Titular da

⁵ in Idéias políticas de João Mangabeira, vol. III, 2ª edição, Senado Federal, Brasília, 1.987, p. 153.

⁶ Em torno da Constituição, cit., pp. 254 e ss.

Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO não exerceu atividades de tamanha importância apenas no Judiciário, tendo sido Presidente da Casa da Moeda do Brasil, Secretário de Estado da Educação, Chefe de Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, Chefe de Gabinete do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro e seu Prefeito em exercício mais de uma vez. Presidente da Fundação de Artes do Rio de Janeiro - Fundação Rio, Membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Presidente do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Os votos proferidos em torno de distintas matérias, seja como desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, seja como Ministro do STJ, bem assim a doutrina que produziu e vem continuamente produzindo, marcam o perfil de jurista maior do homenageado desta noite.

O antológico voto proferido ainda em 1.989 sobre união estável e inúmeros outros estruturados em torno do mandado de segurança, nos quais magistralmente penetrados os temas do direito líquido e certo e das medidas liminares, exaltam-no como magistrado exemplar.

É justamente sua obra sobre mandado de segurança --- sintetizada em livro ao qual, de modo discreto, próprio ao seu caráter elevado, chamou de "Manual" --- obra de consulta obrigatória, é justamente ela que enseja a outorga da medalha João Mangabeira a CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO.

Ao saudá-lo, contudo, com grande honra, permito-me celebrar o prestígio de que goza nosso homenageado entre os advogados, prestígio merecido pelos que exercem a magistratura não somente arbitrando lides, mas harmonizando conflitos, construindo a paz social. Prestígio de quem enfrenta, no dia-a-dia, com dedicação e prudência --- prudência sobre a qual se ergue a autêntica *iurisprudencia* ---

o desafio de construir o direito vivo, para que melhor se distribua a justiça.

Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO: JOÃO MANGABEIRA está conosco, com toda a certeza fruindo da mesma alegria com que o saúdo.